

02/10/2018 - 05:00

Atraso nas licenças ambientais pode ter custo de US\$ 14 bilhões

Por **Carlos Vasconcellos**

A Agência Nacional do Petróleo estima em até US\$ 14 bilhões o custo de sondas de exploração que estão paralisadas em 23 projetos no Brasil, por problemas ligados ao licenciamento ambiental. Segundo Marcelo Macedo, superintendente de segurança operacional e meio ambiente da ANP, as perdas são maiores se forem considerados "geração de emprego, renda, participações governamentais e inovação", enumerou.

A diretora de licenciamento ambiental do Ibama, Larissa Carolina dos Santos, observou que o órgão vem aumentando o ritmo de concessão de licenças. Em 2017, foram 57 projetos licenciados, contra 117 este ano, número que deve crescer em função dos últimos leilões de concessão de exploração. "Temos trabalhado duro para atender à demanda, apesar da pouca quantidade de analistas."

Admitindo que existem gargalos, Larissa explicou que o trabalho de licenciamento não termina com a concessão do documento inicial, mas prossegue com o acompanhamento dos projetos na fase de operação. "Temos 2.799 licenciamentos ativos na área de óleo e gás, hoje, no Ibama", informou. Em 2003, eram apenas 302.

Para Shelley Carneiro, assessor da Confederação Nacional da Indústria, presente em painel sobre o tema na Rio Oil&Gas, tratar o gargalo do licenciamento ambiental como um problema de falta de mão de obra nos órgãos reguladores, no entanto, seria um erro. "É preciso investir em tecnologia e treinamento, em vez de contratar mais analistas", defendeu.

Carlos Henrique Abreu Mendes, gerente-executivo de operações e SMS do Instituto Brasileiro do Petróleo, por sua vez, observou que a questão ambiental, vinculada à indústria petroleira deixou de ser um problema de governo e passou a ser um problema de Estado. "As empresas esperam previsibilidade, regras claras, se possível, duradouras, e segurança jurídica para investir", afirmou.

O diretor da secretaria especial do Programa de Parcerias de Investimento (PPI), Bruno de Carvalho, observou que, em pesquisa realizada recentemente pelo governo entre empresas do setor, mais de 80% apontaram o aperfeiçoamento do processo de licenciamento ambiental como prioridade.

Em função dessa demanda, algumas iniciativas vêm sendo propostas para reduzir os atrasos. "Contratamos, em junho, o primeiro estudo de avaliação ambiental para a Bacia de Sergipe e Alagoas", contou Macedo. A partir desse mapeamento, explicou o superintendente, a ANP espera ter mais dados para dar mais rapidez, previsibilidade e tornar mais robusto o processo de licenciamento. "Queremos dar continuidade às avaliações em 2019, na Margem Equatorial, e em 2020, na Margem Leste, até Pelotas", disse.

Para o professor Emílio La Rovere, coordenador do Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente da Coppe UFRJ, o modelo prévio usado na Europa e na América do Norte poderia ajudar a ver lacunas ainda na fase de projetos. Segundo ele, isso evitaria situações embaraçosas, como a saída da El Paso do Brasil. A empresa abandonou um projeto com viabilidade econômica comprovada, lembrou.